



ALERTA SERVIDOR

Informativo do SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião

Abril de 2012 • Ano IX • Edição 102 • Distribuição Dirigida

Definida campanha do Dissídio Servidores decidem por reajuste de 10% + inflação

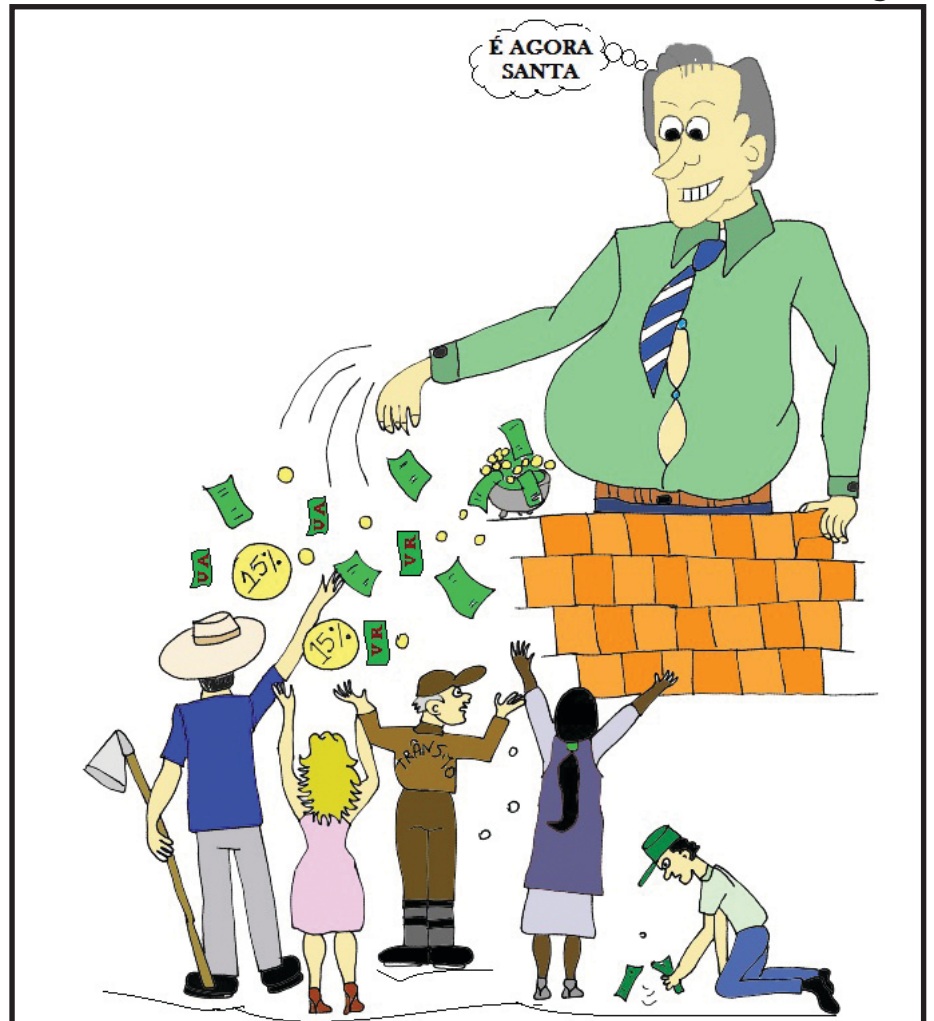
Pág 3



Pág 4

Sindserv X Perseguições

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) realizou protesto pacífico, dia 15 de março, em razão de excesso de processos administrativos contra servidores e demissões consumadas. O ato público ocorreu em frente à prefeitura, centro, e seguiu até a Secretaria de Segurança, no bairro Porto Grande, onde o prefeito despachava. Da Guarda Municipal, o guarda civil Renato de Pádua foi demitido. Conforme o presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, já somam cerca de 500 processos administrativos, número que representa 15% do total de 3.378 servidores. O sindicato denunciará prefeito Ernane Primazzi à Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Sindserv entrevista Faps

Normas para aposentadoria

Pág 5

ACSs requerem 14º salário

Pág 5

Outros Informes

Pág 6

Aplicações do Faps ■ Guardas Cíveis e Patrimoniais
Auxiliares de Educação ■ Regimento Eleitoral



**Realizada Semana Interna de
Prevenção de Acidentes** Pág 8

Contagem regressiva para nosso *dissídio!*

Palavra do Presidente

O pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, Celso Russomano (PRB), em entrevista à Rádio Bandeirantes, dia 29 de março, falou com muito entusiasmo sobre seus objetivos, entre eles "serviço público de qualidade; funcionário público prestigiado e bem pago na medida que a cidade pode".

Neste momento eleitoral, ouvir belos discursos e palavras ao vento é muito comum. Não estou me referindo ao pré-candidato acima, mas aproveitando o momento para frisar a necessidade de avaliarmos com profundidade as propostas dos próximos candidatos às eleições municipais 2012, e darmos atenção a planos possíveis.

Em se tratando de eleições, o funcionalismo público torna-

se um dos principais focos de candidatos que querem arregimentar o grande contingente de votos.

Mas vamos falar do que é para nós a prioridade máxima hoje: Nossa campanha do *dissídio*. Já enviamos, por meio de ofício, a decisão da nossa assembleia ao prefeito Ernane para que ele saiba quais são as nossas reivindicações. Precisamos que ele nos receba com máxima urgência para a possibilidade de negociações. O momento urgente se deve ao prazo máximo para votação do projeto de lei pela Câmara, 10 de abril, conforme preconiza a Lei Eleitoral.

Esperamos também que os vereadores estejam conosco nesta luta sobre o *dissídio* e que

façam gestões para que o prefeito atenda as justas reivindicações do funcionalismo. Lembramos que algumas prefeituras já concederam aumento dos salários.

E ainda esperamos que os vereadores também cobrem a Prefeitura o Estatuto do Magistério, já que foi elaborado com dinheiro público para o pagamento da empresa que realizou o estudo no ano passado. Até o momento, a minuta deste estatuto, sob análise de impacto financeiro, não foi discutida com os professores ao qual se destina. Será extremamente lamentável caso esta matéria vá para Câmara, sem o parecer dos professores, os principais interessados. Respeito é bom e todos gostamos.

Ivan Moreira Silva
Presidente

EXPEDIENTE



O Alerta Servidor é o informativo mensal do Sindicato dos Servidores Públicos de São Sebastião (Sindserv)

Rua José David do Vale, 33,
Centro - São Sebastião (SP)
Fone: (12) 3892-1545 / Fax: (12) 3892-4097

As opiniões e sugestões para as próximas edições poderão ser enviadas pelo e-mail: jornalismo.sindserv@uol.com.br

Distribuição interna e dirigida
www.sindserv.com

Diretoria

Ivan Moreira Silva (Presidente); Ocimar Barbosa (Vice-Presidente) Alexandre Lisboa Ferreira (Secretário Geral); Luiz Antonio Sant'Anna (1º Secretário); Everton Tiago Marques (2º Secretário); Jehovan Maria de Jesus (1º Tesoureiro); Belmiro dos Santos Rodrigues (2º Tesoureiro) Suplentes: Rafael Correa de Aquino, Roseli Patulraski, Tiago César de Araujo, Flávio Idalírio de Lima Leite, Luciano Prado e Tânia Regina Sarak.
Conselho Fiscal: Carlos Roberto Pires de Souza, Douglas Alberto Massucato Braga, Josiel de Carvalho. Suplentes: Audrei Queli da Silva Guatura, Fernando Lima de Moura e Luiz Santana dos Santos.
Conselho de Representantes: Charles Moreira Silva, Clarice Murta Treuherz
Suplente: Edna Barbosa Ribeiro Cardoso e Marcos Roberto Paixão Marques Correa.

Jornalista: Nívia Alencar - MTb 21.218
Diagramação: Frank Constancio
Impressão: Atlântica Gráfica e Editora
Tiragem: 3 mil exemplares

Curso de Cabeleireiro - A formatura da 6ª turma do Curso de Cabeleireiro, realizado na sede do Sindserv, ocorreu dia 20 de março, com entrega de certificados e coquetel comemorativo. O curso profissionalizante é aplicado pelo Centro de Treinamento da Empresa Brasileira de Vendas (Embrave), com sede em Ubatuba. A Embrave é filiada à Federação das Escolas Técnicas de Cabeleireiro. Cristina Aquino, há 20 anos nesta profissão, é a professora do curso no sindicato. As aulas ocorrem às terças-feiras para duas turmas, da manhã e à tarde. Servidores sindicalizados têm descontos na mensalidade. Alexandre Aquino, proprietário da empresa, que também compareceu à formatura, agradeceu e parabenizou a todos os formandos, desejando sucesso a eles. O presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, também prestigiou o momento festivo e já dispôs espaço no sindicato para novos cursos. Ainda afirmou que pretender repetir um dia de mutirão de atendimento gratuito pelos cabeleireiros já formados, como já ocorreu na subsede do Sindserv em Boiçucanga, no ano passado.



Servidores decidem por reajuste de 10% + inflação

Em assembleia, categoria também optou por aumento no vale refeição de R\$ 18,20 e vale alimentação de R\$ 276,54

Os servidores públicos municipais de São Sebastião deliberaram em assembleia dia 14 de março, proposta de reajuste salarial em 10% acrescido do índice de inflação de maio – mês do dissídio, com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A categoria também deliberou sobre vale refeição a R\$ 18,20 e vale alimentação a R\$ 276,54, valor da cesta-básica, conforme o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O presidente do sindicato, Ivan Moreira Silva, também apresentou questões sócio-econômicas, abrindo campanha



Servidores em assembleia dia 14 de março, na sede do Sindserv

para reivindicação de equipamentos de segurança, treinamento e qualificação aos servidores, reenquadramento de algumas funções, plano de cargo, carreira e salário, laudo de insalubridade e periculosidade, e melhora na qualidade do ambiente de trabalho. Também foram sugeridas,

durante a assembleia, ampliação do vale alimentação a todo funcionalismo público municipal e necessidade de estudos pela prefeitura para pagamento do vale refeição e vale transporte no mês subsequente ao das horas extras, atualmente este pagamento ocorre dois a três meses depois.

O sindicato encaminhou o ofício 66/2012, dia 19 de março ao prefeito Ernane Primazzi, apresentando as deliberações dos servidores em assembleia. "A Lei Eleitoral preconiza que após 10 de abril é vedado aos agentes públicos revisão da remuneração dos servidores", Ivan alerta. "Estamos abertos ao diálogo e à negociação", o presidente conclui.

LUTA SINDICAL GERA RESULTADOS

6ª parte e incorporações retroativas graças ao novo Estatuto dos Servidores

Desde janeiro deste ano, quando foi aprovado o novo Estatuto dos Servidores, a Prefeitura começou a pagar a chamada 6ª parte aos servidores que completam 20 anos de efetivos serviços prestados. Quem afirma é o advogado Roberto Margiolino, procurador da prefeitura. "Quando a 6ª parte foi retirada do Estatuto em 2006, surgiu questão jurídica e o tema começou a ser discutido na Justiça. Ele afirma que, então, o Poder Judiciário deu ganho de causa em determinadas ações, com base em vários aspectos de análise para base de cálculo, contagem de

tempo, etc. "A partir de 2012, com novo Estatuto, a situação ficou uniforme, sendo que a 6ª parte volta a ser direito e será paga sobre toda remuneração", o procurador afirma. "Aqueles que completaram 20 anos e ainda não haviam recebido o benefício e ingressaram ação judicial passaram a receber. Não importa, com o sem ação judicial, a prefeitura está pagando a 6ª parte, diz. "Estaremos revendo questões anteriores, aos poucos na Justiça", o procurador completa.

Incorporações retroativas- A Prefeitura de São Sebastião também começou a conceder

os benefícios aos servidores que ocuparam cargos em comissão, por meio das incorporações retroativas. Conforme Margiolino, a medida também se deve ao Novo Estatuto dos Servidores, que retomou este benefício antes suprimido por gestores anteriores. Desde o novo Estatuto, a cada ano, será incorporado ao salário do servidor 10% do que recebia. Sobre ações movidas por servidores, reivindicando o benefício, o advogado Ricardo Harada, do Sindsev, defendeu dois casos bem sucedidos. Também houve ações que não tiveram sucesso, conforme afirma o procurador da prefeitura Roberto Margiolino.

Sindserv protesta contra perseguições e demissões de servidores

Sindicato denunciará prefeito Ernane Primazzi à Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião (Sindserv) realizou protesto pacífico, dia 15 de março, em razão do excesso de processos administrativos contra servidores e também demissões consumadas. O ato público ocorreu em frente ao paço municipal, centro, e seguiu até a Secretaria de Segurança, no bairro Porto Grande, onde o prefeito despachava. Da Guarda Municipal, o guarda civil Renato de Pádua foi demitido

O presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, ao microfone, falou que já somam cerca de 500 processos administrativos - 15% do total de 3.378 servidores. "Muitos casos poderiam ser resolvidos com diálogo. A mais recente demissão do trabalhador Renato de Pádua, que desenvolveu trabalho exemplar frente à Guarda Mirim, é exemplo de pura perseguição; repudiamos demissões de servidores, este ato público ocorre por causa da falta de diálogo; somos um sindicato livre", enfatizou o presidente.

Assédio moral - O advogado Ricardo Harada, do Sindserv, também ao microfone, fez diversas críticas contundentes ao prefeito e ao comandante da Guarda Civil, em razão da demissão do servidor, a bem do serviço público, sem direito a ingressar em órgãos públicos. "O tempo da ditadura já passou, vivemos Estado de Direito Democrático". Conforme Harada, em outro processo, um servidor é acusado por não cumprir hora-extra. "Isto caracteriza assédio moral porque não existe a obrigatoriedade de cumprir hora extraordinária", afirmou. Conforme Harada, os atos do prefeito serão denunciados à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trata-se de agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que cidadãos possam ter acesso a trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. "Faremos com que Renato de Pádua volte a seu trabalho", Harada concluiu. "Trabalhamos contra os

desmandos da administração", completou Ivan.

Renato de Pádua, também presente ao protesto, é pai de duas crianças. Também usou o microfone e fez diversas críticas ao prefeito e ao comando da Guarda Municipal, afirmando que nada ficou comprovado contra sua conduta, pois documentos não desapareceram. Emocionado, Renato disse estar sem condições de garantir necessidades básicas a sua família.

Unidos pra Lutar - Também estiveram presentes em apoio ao protesto o secretário geral do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos, Wellington Luiz Cabral, e o advogado Antonio Gilberto Silvério, da Associação Unidos pra Lutar, e também representante do Sindicato dos Químicos. "Não ficaremos calados, o prefeito ficará conhecido em todo mundo porque vamos denunciá-lo à OIT", ambos reforçaram. "Faremos grande ato para que a população conheça este prefeito e para que ele não consiga se eleger nem a síndico", completou Cabral. "Quem será demitido será este prefeito nas próximas eleições", afirmou o advogado Silvério. Maria Iara de Matos e Sonia Evarista da Silva, ambas diretoras do Sindicato dos Servidores de Jacareí, também compareceram ao protesto e prestaram sua solidariedade a Renato de Pádua. "Estamos indignadas". Todos os sindicalistas se colocaram à disposição para novas ações em prol dos servidores municipais de São Sebastião.

Durante o protesto em frente à Secretaria de Segurança, o carro do Sindserv sobre calçada foi multado, o que não foi impedido pelo presidente Ivan para evitar questionamentos à conduta do guarda municipal.

Ivan também voltou a pedir audiência com o prefeito para discutir sobre o dissídio coletivo, com base nas deliberações da assembleia do Sindserv, realizada dia 14. "Mais uma vez tentamos negociação, o que em outras oportunidades não conseguimos".



Sindserv, com apoio do Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos e Associação Unidos pra Lutar, em protesto no centro da cidade, em frente ao Paço Municipal



O protesto seguiu para a Secretaria de Segurança, onde o prefeito Ernane Primazzi despachava



O carro do Sindserv foi multado em frente à Secretaria de Segurança, durante o protesto

Servidores: Conheçam normas para aposentadorias

Para fins de aposentaria, Constituição Federal preconiza redução de idade e de tempo de contribuição em cinco anos para professores

O procurador jurídico Boris Vaz, da Prefeitura de São Sebastião, e a chefe do Setor de Benefícios do Fundo de Aposentadoria e Pensões de São Sebastião (Faps), Maria de Fátima Silis e Silva, em entrevista ao Alerta Servidor, prestaram esclarecimentos sobre normas de aposentadorias dos servidores municipais. "Em geral, a regra estabelece que professor está passível à aposentaria aos 55 anos, com 30 anos de contribuição, 10 anos de serviços prestados e 5 anos de efetivo exercício no cargo. Para professora são 50 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público prestado e 5 anos de exercício no cargo. É preciso que o servidor atenda a todos os requisitos", acentua Maria de Fátima.

A Constituição Federal, no parágrafo 5º do artigo 40, e no parágrafo 8º do artigo 201, prevê que os professores da educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) poderão se aposentar cinco anos antes do prazo dos demais trabalhadores. Maria de Fátima explica que com a edição da lei federal 11.301/2006, passaram a ser consideradas funções de magistério, não somente a atuação de professores e especialistas em educação em sala de aula, mas também as exercidas em seus diversos níveis e modalidades, como direção de unidade escolar, coordenação e assessoramento pedagógico. "Dentro dos 30 ou 25 anos de serviço prestados, ao menos 10 anos (homens) e 5 anos (mulheres) tem de ser de efetivo trabalho no cargo de origem de professor", frisa o procurador Boris Vaz. Segundo ele, a regra constitucional para regime especial de aposentadoria a professores se deve a desgastes da árdua função. Para demais servidores públicos, a regra geral não permite a redução de idade e tempo de serviço prestado. Então, a mulher aposenta com 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, 10 de serviço público e 5 anos no cargo. Homens, com 60 anos, 35 de contribuição e 5 anos no cargo.

O Faps está disponível para analisar individualmente cada caso. Assim, se você está próximo a idade de se aposentar e de completar o tempo mínimo de contribuição, compareça ao Faps com carteiras de trabalho. "Analisamos também tempo em que o professor prestou serviço ao governo do Estado e ainda em escolas da iniciativa privada", cita Maria de Fátima.

Aposentadoria especial por insalubridade - De acordo com o advogado Roberto Margiolino, também procurador da Prefeitura, no caso de servidores públicos (regime estatutário) que atuam em funções insalubres, ainda não existe regulamentação em nível municipal, estadual e federal para concessão de aposentadoria especial. O município pode editar uma legislação sobre esta demanda, mas o ideal seria uma lei federal para haver consenso, segundo ele. "Quando houver uma legislação ou uma decisão judicial sobre este tema, será necessário perícia para apurar os níveis de insalubridade". Ainda de acordo com o procurador, no caso de São Sebastião, existe um mandado de injunção contra a prefeitura, por iniciativa de um servidor da saúde, sob aguardo de decisão do Tribunal de Justiça.



Nivia Alencar

O procurador Boris Vaz e a chefe do Setor de Benefícios do Faps, Maria de Fátima Silis e Silva

APOSENTADORIA / SERVIDORES

Professores

	HOMENS	MULHERES (anos)
Idade	55	50
Contribuição	30	25
Serviços Prestados	10	10
Atuação como professor	5	5

Demais servidores (regra geral)

	HOMENS	MULHERES (anos)
Idade	60	55
Contribuição	35	30
Serviços Prestados	10	10
Atuação no cargo original	5	5

Agentes Comunitários de Saúde requerem parcela extra repassada pelo Ministério da Saúde

Everton Tiago Marques, o Tiagão, dirigente sindical, afirma que este incentivo financeiro pode ser o 14º salário dos ACS. Ele também denuncia falta de uniforme e carteira de identificação aos ACSs para visitas domiciliares

O agente comunitário de Saúde, Everton Tiago Marques (foto), membro da diretoria executiva do Sindserv, em nome de sua categoria, reivindica pagamento de 14º salário. A Portaria 459, de 15 de março de 2012, do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em seu artigo 3º, fixa o valor de R\$ 871,00 por ACS a cada mês, como incentivo financeiro. Em São Sebastião, a prefeitura complementa este valor para o pagamento do salário de R\$ 950,00 destes agentes. Ocorre que na mesma portaria, o parágrafo único do artigo 3º, cita que no último trimestre de cada ano será repassada parcela extra. A Portaria 1.599, de 9 de julho de 2011, também estabeleceu o repasse da parcela extra no último semestre de cada ano, recurso não pago aos ACSs de São Sebastião, até hoje.

Em resposta à solicitação do Sindserv, encaminhada em 17 de fevereiro ao prefeito Ernane Primazzi, para que seja repassado em espécie o benefício referente ao incentivo adicional aos ACSs, o prefeito respondeu em 7 de março: "(...) Todos os valores recebidos tanto para ESF, ESF Saúde Bucal e EACS são a título de incentivo para que o Município financie a Estratégia de Saúde respectiva e não repasse o incentivo a este ou aquele profissional (...)".

"A legislação confere à prefeitura a faculdade de repassar este adicional de incentivo em 14º salário" aos ACS, afirma o advogado Ricardo Harada, representante do Sindserv. "Não há óbice legal, neste sentido", ele completa. Além disso, ele cita manifestação dos Tribunais de Contas de Mato Grosso e de Goiás, em 2009 e em 2010, respectivamente, favoráveis aos ACS, considerando ilegal a utilização da verba de incentivo adicional dos ACS para "compensação" de pagamento de 13º salário. O Ministério Público de Goiás também se posicionou favorável ao pagamento em



espécie do incentivo adicional aos ACSs, considerando-o um "plus" a sua remuneração, um bônus do Ministério da Saúde aos profissionais ACS.

Ministério da Saúde - A assessoria de Imprensa do Ministério da Saúde, em resposta ao Alerta Servidor, afirmou por telefone, que a competência da aplicação do recurso repassado pelo MS é do gestor local. Por e-mail, a assessoria também escreveu: "esse valor corresponde ao incentivo federal referente ao programa Saúde da Família. É competência do gestor local destinar o recurso de acordo com as especificidades e características locais, o gestor local é o gestor do serviço".

São cerca de 150 ACSs em São Sebastião. O presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, afirma que caso a prefeitura não atenda esta reivindicação, o assunto será denunciado ao Poder Judiciário. Ele também afirma que serão realizadas reuniões com estes servidores, em abril, dia 10, na subsede do Sindserv na Enseada, dia 11, na subsede de Boiçucanga e dia 13 na sede central.

Conforme Tiagão, a Prefeitura não entrega uniformes nem sequer crachá de identificação aos ACSs para as visitas domiciliares. Recentemente foram entregues protetor solar após muito tempo de reivindicação.

Outros Informes

Aplicações do Faps: O Sindserv continua aguardando resposta a ofício encaminhado ao Fundo de Aposentadoria e Pensões de São Sebastião (Faps), em fevereiro, solicitando informações e planilhas sobre suas aplicações financeiras. "Queremos saber também quais aplicações resultaram maior rendimento", afirma o presidente do sindicato, Ivan Moreira Silva.

Guardas Civas e Patrimoniais: O Sindserv recebeu alguns guardas patrimoniais em março. Eles reivindicam que a Secretaria Municipal de Segurança (Segur) viabilize equipamentos e uniformes, além de valorização dos profissionais. Conforme o presidente Ivan Moreira Silva, falta até local para sentar e telefone para emergências. Alguns então denominados vigias, por força de decreto, tornaram-se guardas patrimoniais com referência salarial bem abaixo de Guardas Municipais. Por outro lado, alguns guardas municipais atuam como guarda patrimonial, o que implica desvio de função. "Toda problemática se deve à falta de um plano de cargos, carreira e salário", conclui o presidente que encaminhou as reivindicações dos servidores à Segur.

Auxiliar de educação: Em 13 de março, uma comissão do Sindserv participou do "Debate e lançamento da publicação da Lei do Piso Salarial no STF - Valorização do Magistério e o Direito à Educação". O programa foi realizado no Auditório da Ação Educativa, Vila Buarque, em São Paulo. A Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994, cuja missão é promover direitos educativo, culturais e da juventude. "Tivemos contatos com vários educadores e houve muita discussão sobre a questão dos auxiliares de educação que tem carga horária superior a de professores, além de função semelhante, mas salários bem inferiores", afirma o presidente Ivan. Pajens formadas em pedagogia foram promovidas a auxiliar de educação. O Sindserv, em breve, convocará auxiliares de educação de São Sebastião para discutir este tema e definir encaminhamentos.

Regimento Eleitoral: A Comissão de Estudos do Sindserv, criada em fevereiro, para apresentar minuta voltada à reformulação do Regimento Eleitoral do Sindserv, realizou sua primeira reunião e pretende concluir o trabalho em dois meses. As adequações são necessárias, especialmente, para acabar com exigências que comprometeram a eleição sindical, em 26 de outubro de 2011, em razão do quorum eleitoral de 2/3 dos servidores sindicalizados aptos a votar, em primeiro escrutínio. O objetivo é apenas um escrutínio, com maioria simples (50% + 1) de votantes, evitando quorum mais rigoroso que inviabiliza a eleição e causa desperdício de recursos humanos e financeiros. Concluída proposta da comissão, será convocada nova Assembleia Geral para aprovação do novo Regimento Eleitoral.

Fórum “Estatuto do Magistério” terá nova data

O Fórum “Estatuto do Magistério de São Sebastião”, do Sindserv, previsto para 24 de março, foi adiado. A Comissão de Educação do sindicato, que organiza o programa, explica que o adiamento ocorreu em decorrência de compromisso dos palestrantes de última hora, em Brasília. Nova data para o Fórum será divulgada.

O objetivo do fórum é abrir discussão sobre o tema com os professores da rede de ensino municipal e ouvir suas reivindicações para que sejam contempladas no Estatuto do Magistério. Minuta de projeto de lei sobre este estatuto – elaborada pela Prefeitura, está sob estudo de impacto financeiro, antes de ser remetida à Câmara (veja ao lado). O presidente da Comissão de Educação, professor Rafael Correa de Aquino, frisa que o Sindserv já solicitou, mas ainda não recebeu da secretária de Educação, Ângela Couto, cópia da minuta deste estatuto.

Reunião em Boiçucanga - Dia 19 de março, Rafael esteve na reunião da Comissão de Educação, realizada na subsede do Sindserv em Boiçucanga. Também compareceram os membros desta comissão Clarisse Murta Treuherz, Tiago César de Araujo, além de Everton Tiago Marques e Alexandre Lisboa Ferreira, diretores do Sindserv, e o presidente sindical Ivan Moreira Silva.

O projeto sobre o Estatuto do Magistério precisa ser de conhecimento dos trabalhadores da educação ao qual se destina, antes de ser submetido à votação na Câmara. Durante o fórum, também devem ser discutidas questões da jornada de trabalho. O Sindserv impetrou Mandado de Segurança 1601/2011, em outubro passado, contra a secretária municipal Ângela Regina Couto. O Mandado de Segurança se deve ao descumprimento

da Lei Federal 11.738/2008, que fixa o limite máximo de 2/3 da carga horária dos profissionais do magistério público da educação básica para o desempenho das atividades de interação com os educandos. Na ação judicial, advogados do Sindserv evidenciam necessidade de providências urgentes para que seja implementado, segundo a Lei Federal, o limite máximo de 2/3 da jornada de trabalho, assegurando aos professores 1/3 da jornada para planejamento e preparação pedagógica. O juiz de direito Guilherme Kirschener indeferiu o pedido de liminar (veja www.tjsp.jus.br). O Sindserv aguarda julgamento do mérito.

Ação Individual - O Sindserv, em comunicado já divulgado aos professores, informa que os interessados em ingressar mandado de segurança individual, acerca do cumprimento da lei do piso salarial 11.738/2008, procurem o Sindicato para mais esclarecimentos. A iniciativa particular tem por objetivo fortalecer a luta pela aplicação dessa lei federal, onde também consta o direito à jornada de 2/3 de trabalho.

Carga básica e suplementar - A Comissão de Educação do Sindserv também já enviou ofício à secretária de Educação, com cópia ao prefeito, pedido esclarecimentos sobre o pagamento da carga suplementar com valor inferior ao da carga básica de 20 horas. Professores recebem cerca de R\$ 25,00 por hora/aula, enquanto a hora/aula suplementar custa cerca de R\$ 21,00. Os docentes podem optar por realizar mais 20 horas suplementares, mas o valor inferior terá reflexos em licenças e aposentadorias. A Comissão de Educação prevê levar o assunto ao Poder Judiciário, caso a prefeitura não resolva tal pendência.



Alexandre Lisboa Ferreira, Everton Tiago Marques, Rafael Correa de Aquino, Clarisse Murta Treuherz, Ivan Moreira Silva, Tiago César de Araujo, na reunião da Comissão de Educação do Sindserv, dia 21 de março. **Novas reuniões da Comissão de Educação serão realizadas dia 9 de abril, na sede do Sindserv, e 23 de abril na subsede de Boiçucanga, às 19 horas.**

Frank Constancio/NS Comunicação

Procurador municipal prevê entrega do Estatuto à Câmara em junho

O procurador jurídico Boris Vaz, da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de São Sebastião, afirma que a minuta que versa sobre o Estatuto do Magistério está sob análise para apurar o impacto financeiro. “Está em fase final análise e a meta é apresentar a proposta à Câmara no começo de junho”, ele respondeu ao jornal Alerta Servidor, dia 26 de março, logo após conceder entrevista sobre normas de aposentadorias a servidores.

O procurador também esclareceu que prefeituras não podem criar nenhum tipo de benefícios aos servidores, durante o período eleitoral – 7 de julho de 2012 a 7 de janeiro de 2013 –, o Estatuto do Magistério prevê benefícios. “O projeto de lei pode ser aprovado pela Câmara durante o período

eleitoral, mas sua aplicação somente depois do período eleitoral”. Além disto, o procurador explica que recursos para implementar o Estatuto do Magistério estão previstos no Orçamento Municipal deste atual exercício, mas o impacto financeiro (sob análise) não pode ultrapassar tal previsão. “A intenção é encaminhar a proposta à Câmara antes o período eleitoral, sem dúvida”, reafirmou.

A Diretoria de Assuntos Parlamentares da Câmara de São Sebastião também já havia informado que durante o período eleitoral são proibidas nomeações e contratações pelo poder público. Conforme a Diretoria, o projetos de lei, neste sentido podem ser aprovados pela Câmara, durante o período eleitoral, mas sua vigência somente será após o período eleitoral.

Realizada Semana Interna de Prevenção de Acidentes após 5 anos de inadimplência

A Prefeitura de São Sebastião realizou, finalmente, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes, entre 19 e 23 de março. Em 12 de agosto, o presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, em ofício à Comissão Interna de Prevenção de Acidente (Cipa) questionou, entre outros assuntos, sobre a falta de realização da Sipat há cinco anos. Até hoje, o ofício não foi respondido. Dia 6 de março, em entrevista, o presidente da Cipa, afirmou ao Alerta Servidor confirmou que a última Sipat fora realizada em gestão anterior, também disse que pretendia encaminhar as respostas a todos os questionamentos do Sindserv.

O engenheiro do trabalho Márcio Félix, chefe de Divisão de Segurança do Trabalho, que coordenou a Sipat, afirma que o programa é importante para conscientizar os servidores públicos sobre todas as medidas preventivas necessárias de prevenção, que abrange também o adequado uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual). "Veja, temos servidores nascidos aqui, que trabalham há mais de 20 anos na prefeitura, há situações em que não querem usar a bota no calor que chega a 40 graus, daí a importância da conscientização", ele completa, explicando que a bota é fundamental para evitar ferimentos.

Félix cita que esta campanha tem de ser clara para atingir seus objetivos. Ele também lembra que o uso do EPI é obrigatório e que a prefeitura também pode ter que responder criminalmente nestes casos.

Conforme informou o Departamento de Comunicação da Prefeitura, na Administração passada houve abertura de processos contra os servidores flagrados sem EPIs. "Porém, hoje, a advertência é verbal e, em alguns casos, escrita, pois a opção do atual governo é estar sempre aberto ao diálogo com o servidor", completou.

Ônus à sociedade - Márcio Felix acentua que os casos de acidente de trabalho provocam ônus não só à vítima, individualmente, mas para o poder público, que também

responde civil ou criminalmente. "Isto onera a prefeitura e, por consequência, todo o funcionalismo que nela trabalha e obtém seu sustento; as consequências do acidente de trabalho afetam ainda a família do trabalhador vitimado e se agravam caso ele se torne incapacitado, podendo fragilizar o meio familiar, gerando todos os problemas sociais decorrentes de famílias desestruturadas. O acidente de trabalho não é um probleminha, é um problema", observa.

Conforme Félix, esta Sipat teve 30 dias de organização para integrar às comemorações do aniversário da cidade, a fim de atingir maior número de pessoas. Servidores assistiram às palestras "Qualidade de vida dentro e fora da empresa", "Álcool e Drogas", "Prevenção e Combate a Incêndio", "doenças Ocupacionais", "Consequências Legais do Acidente de Trabalho", e "Consequências Sexualmente Transmissíveis". A programação incluiu exposições e exames de saúde, como aferição de pressão arterial, verificação de acuidade visual, glicemia e informações sobre DST-Aids, com a distribuição de preservativos.

Expo Bombeiro - O Corpo de Bombeiros expôs, no Paço Municipal, durante a Sipat, equipamentos de salvamento em altura, terrestre e combate a incêndio. "Fazemos aqui a exposição para esclarecer ao público o uso dos equipamentos de nossa atividade. O conhecimento é importante também para prevenção dos acidentes de trabalho", observou o cabo Marco Antonio Vieira, do Corpo de Bombeiros de São Sebastião.



Servidores em ação



Servidores em palestras da Sipat



Ações de saúde na Sipat

Câmara concede benefícios a servidores

O presidente do Sindserv, Ivan Moreira Silva, chama atenção para o fato de a Mesa da Câmara Municipal ter concedido benefícios pendentes a todos os servidores da casa, com base legal. Eles receberam indenizações de incorporações, licença-prêmio (com possibi-

lidade de venda de 30 dias) e férias retroativas. Todo este reconhecimento, após anos de reivindicações, é exemplo de respeito ao funcionalismo público. Esperamos a mesma atitude da atual administração em relação a todos os servidores públicos municipais.